

DECRETO Nº 027/2021

**DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE
CENSO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE CONDE DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA
E ADORA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CONDE**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, art. 60, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, a necessidade de autorização periódica dos dados cadastrais dos servidores efetivos ativos e funcionários públicos (comissionados e contratados por excepcional interesse público) com o escopo de traçar políticas de valorização dos mesmos e para adequar a distribuição de recursos humanos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo;

CONSIDERANDO, a necessidade de zelar pelo interesse público, principalmente no que tange a proteção do patrimônio público e o estrito controle dos gastos com pessoal;

DECRETA:

Art. 1º. Os servidores efetivos ativos e funcionários públicos (comissionados e contratados por excepcional interesse público) da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo deverão participar do Censo dos Servidores Públicos do Município, com a finalidade de se recadastrarem e com o objetivo de promoverem a atualização de seus dados funcionais e pessoais.

Parágrafo único: As informações coletadas no Censo serão cadastradas com vistas a sua utilização para o planejamento e execução de projetos, programas e atividades da Administração Pública Municipal, inclusive aquelas destinadas à melhoria e qualificação do quadro de pessoal.

Art. 2º. O Censo dos servidores públicos do Município abrange todos os órgãos da Administração Direta e Indireta.

Parágrafo único: Todos os servidores serão obrigados a participar do Censo, sendo considerado, aquele que deixar de participar, como ausente do serviço, ficando sujeito às penas cominadas ao faltoso.

Art. 3º. O Censo dos servidores público do Município dar-se-á impreterivelmente, no período de 10/05/2021 (segunda-feira) à 21/05/2021 (segunda-feira), em horário de expediente (08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min).

Parágrafo único: Para fins de efetivação do Censo o servidor deverá comparecer no período e horário definido no caput deste artigo, na sede da Secretaria de Administração do Município.

Art. 4º. Quando do comparecimento dos servidores e funcionários públicos Municipais, estes deverão estar munidos da cópia legível e do original dos seguintes documentos:

- I - RG – Carteira de Identidade;
- II - CPF – Cadastro de Pessoa Física;
- III - Título de Eleitor;
- IV - Comprovante de residência atualizado;
- V – CTPS;
- VI - PIS/PASEP;
- VII – Cópia do certificado de reservista (para homens entre 18 e 45 anos);
- VII - Portaria de Nomeação, quando for o caso;
- VIII - Certidão de Nascimento ou Casamento, quando for o caso; IX - Sentença Judicial ou Declaração de União Estável, quando for o caso;
- X - Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
- XI - Declaração de bens que constituem o seu patrimônio;
- XXI - Declaração de exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

Parágrafo único: Além da apresentação dos documentos elencados, deverá o servidor público responder aos questionamentos apresentados pelo cadastrador.

Art. 5º. A realização do Censo dos servidores públicos do Município a que se refere este Decreto será coordenada pela Secretaria de Administração do Município, conforme cronograma estabelecido e a ser amplamente divulgado pelos meios de comunicação e redes sociais do Município.

Art. 6º. O servidor público que não comparecer no período indicado, ou comparecendo não apresentar a documentação exigida na sua íntegra, ou deixar de responder aos questionamentos, terá imediatamente suspenso o pagamento de sua remuneração.

Parágrafo único: O pagamento será restabelecido quando da regularização do recadastramento e na forma determinada por este Decreto.

Art. 7º. Responderá nos termos da legislação pertinente, o servidor que ao se recadastrar, deliberadamente, apresentar documentos falsos, omitir ou prestar informações falsas, incorretas, inverídicas e/ou incompletas.

Art. 8º. A Secretaria de Administração terá prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido para a realização do censo dos servidores públicos do Município, apresentará relatório final, esquemático e estatístico ao Prefeito Constitucional.

Art. 9º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Conde, 05 de maio de 2021.

KARLA MARIA MARTINS PIMENTEL RÉGIS
Prefeita de Conde